

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO

A economia brasileira cresceu de forma vigorosa no ano de 2010. O aumento da renda, associado ao alto nível de emprego e à disponibilidade de crédito foram responsáveis pelo crescimento da demanda doméstica.

Entretanto, o ritmo de crescimento da economia brasileira está incompatível com o aumento da capacidade da oferta, o que motivou o Banco Central Brasileiro a iniciar, no início de 2011, um ciclo de aperto monetário a fim de conter as pressões inflacionárias.

Do ponto de vista Político, a transição de Governo não representou nenhuma ruptura na condução da Política Macroeconômica. Espera-se que o novo Governo aproveite sua ampla base no Congresso para aprovar reformas importantes para consolidar o crescimento brasileiro a longo prazo.

No front externo, 2010 foi marcado pela recuperação (ainda que moderada) da economia norte-americana. Já a Europa apresentou sinais de fraqueza e recuperação mais lenta, influenciada pela percepção de risco acerca de alguns países que apresentam problemas nas suas contas públicas.

A EMPRESA

O Banco Fidis S/A, constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), controlado em última instância pela Fiat SpA, tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat, Iveco e Chrysler, notadamente por meio do financiamento dos estoques (*floor-plan*) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através das suas Unidades de Negócios *Iveco Capital* e *Chrysler Group Financial Services*, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco e pela Chrysler (repasses BNDES, CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis em 2010 foi de 394 milhões, um crescimento de 29,5% em relação a 2009, com elevação de 32,9% em operações de crédito.

O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$ 45,8 milhões, inferior ao lucro líquido do exercício de 2009 (R\$ 105,6 milhões), que se explica pelo efeito da anistia proporcionada pela Lei 11.941/09 (R\$ 101,8 milhões).

Embora tenha ocorrido no período, um incremento substancial nas provisões para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 31,8 milhões, decorrente principalmente do maior volume de operações de crédito no varejo, o resultado operacional alcançou R\$ 63,6 milhões (R\$ 110,3 milhões em 2009).

CONTROLE INTERNO, RISCOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução 3.467 do Banco Central do Brasil e no Decreto Lei italiano 231. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna do Banco Fidis, a Auditoria Interna do Grupo Fiat - Fiat Revi, Risco Operacional, e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461.

Quando a SARBOX (*Sarbanes Oxley Act*), seguindo os padrões adotados pelo Grupo Fiat, efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (*Internal Control Over Financial Reporting*), objetivando garantir os processos de Contabilidade e Reporting.

RISCO OPERACIONAL

O Banco Fidis, em atendimento às exigências da Resolução 3.380, do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.



OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

O Banco Fidis, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464, do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado.

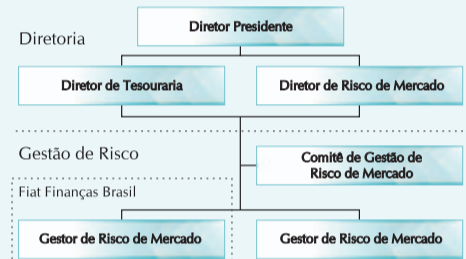
RISCO DE MERCADO

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado se integra à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais, porém, possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco Fidis. Esta gestão envolve os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O Comitê de Gestão de Risco de Mercado se integra e faz parte do Comitê de Funding e de Gestão de Risco de Liquidez. Este comitê se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e aos riscos de mercado e de liquidez.

Organograma da Estrutura Organizacional do Gerenciamento de Risco de Mercado



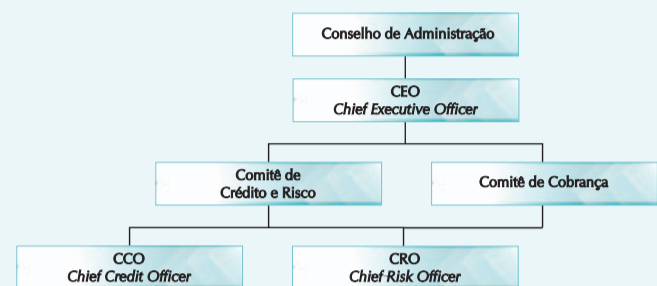
RISCO DE CRÉDITO

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco Fidis.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocações do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes a Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do *Chief Risk Officer* (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

Estrutura Organizacional de Gerenciamento do Risco de Crédito



PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

A economia mundial deve seguir, em 2011, seu processo de retomada de crescimento, com a Europa crescendo menos que os Estados Unidos.

Para 2011, a expectativa da Administração do Banco Fidis S.A. é que a economia brasileira cresça de forma vigorosa, porém a taxas mais moderadas do que as apresentadas no ano passado. As medidas tomadas pelo Governo (aumento na taxa básica de juros e "medidas macro-prudenciais" que objetivam restringir o crescimento do crédito) devem surtir efeito, reduzindo o descompasso entre crescimento da oferta e crescimento da demanda.

AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do exercício.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2010		2009		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
Circulante	3.202.749	2.932.677	1.800.780	1.966.920	Circulante	1.800.780	1.966.920	1.800.780	1.966.920
Disponibilidades	88.154	84.880	1.541.838	1.757.848	Depósitos (Nota 9)	1.541.838	1.757.848	1.541.838	1.757.848
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	464.992	506.990	1.209.869	1.298.441	Depósitos a prazo	1.209.869	1.298.441	1.209.869	1.298.441
Aplicações no mercado aberto	464.992	506.990	331.969	459.407	Depósitos interfinanceiros	331.969	459.407	331.969	459.407
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	4.498	-	214.391	84.347	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	214.391	84.347	214.391	84.347
Carteira própria	4.498	-	Finame	214.391	Finame	214.391	84.347	Finame	214.391
Operações de crédito (Nota 6)	2.589.529	2.290.553	4.042	181	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.c)	4.042	181	4.042	181
Operações de crédito - Setor privado	2.630.841	2.321.572	Instrumentos financeiros derivativos	4.042	Instrumentos financeiros derivativos	4.042	181	Instrumentos financeiros derivativos	4.042
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.312)	(31.019)	Outras obrigações	40.292	Outras obrigações	40.292	124.398	Outras obrigações	40.292
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	(2.039)	189	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	50	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	50	30	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	50
Arrendamentos a receber - Setor privado	18.324	12.049	Sociais e estatutárias (Nota 14)	-	Sociais e estatutárias (Nota 14)	-	98.282	Sociais e estatutárias (Nota 14)	-
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(17.951)	(11.704)	Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	26.866	Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	26.866	2.222	Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	26.866
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.412)	(156)	Diversas (Nota 12.b)	13.376	Diversas (Nota 12.b)	13.376	23.864	Diversas (Nota 12.b)	13.376
Outros créditos (Nota 7)	49.491	47.558	Negociação e intermediação de valores	217	Negociação e intermediação de valores	217	146	Negociação e intermediação de valores	217
Rendas a receber	638	249	Exigível a Longo Prazo	2.165.550	Exigível a Longo Prazo	2.165.550	1.233.854	Exigível a Longo Prazo	2.165.550
Diversos	48.853	47.309	Depósitos (Nota 9)	1.435.642	Depósitos (Nota 9)	1.435.642	834.970	Depósitos (Nota 9)	1.435.642
Outros valores e bens	8.124	2.507	Depósitos a prazo	1.335.116	Depósitos a prazo	1.335.116	600.560	Depósitos a prazo	1.335.116
Outros valores e bens	8.001	2.402	Depósitos interfinanceiros	100.526	Depósitos interfinanceiros	100.526	234.410	Depósitos interfinanceiros	100.526
Despesas antecipadas	123	105	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	613.060	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	613.060	277.551	Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	613.060
Realizável a Longo Prazo	1.097.986	571.539	Finame	613.060	Finame	613.060	277.551	Finame	613.060
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	79.745	41.058	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.c)	674	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.c)	674	2.886	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.c)	674
Carteira própria	79.745	41.058	Instrumentos financeiros derivativos	674	Instrumentos financeiros derivativos	674	2.886	Instrumentos financeiros derivativos	674
Operações de crédito (Nota 6)	892.195	351.875	Outras obrigações	116.174	Outras obrigações	116.174	118.447	Outras obrigações	116.174
Operações de crédito - Setor privado	911.399	360.789	Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	101.404	Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	101.404	106.740	Fiscais e previdenciárias (Nota 12.a)	101.404
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.204)	(8.914)	Diversas (Nota 12.b)	14.770	Diversas (Nota 12.b)	14.770	11.707	Diversas (Nota 12.b)	14.770
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	(2.348)	(328)	Resultado de Exercícios Futuros	5.210	Resultado de Exercícios Futuros	5.210	4.921	Resultado de Exercícios Futuros	5.210
Arrendamentos a receber - Setor privado	35.826	34.515	Resultado de exercícios futuros (Nota 13)	5.210	Resultado de exercícios futuros (Nota 13)	5.210	4.921	Resultado de exercícios futuros (Nota 13)	5.210
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(35.826)	(34.515)	Patrimônio Líquido (Nota 14)	378.362	Patrimônio Líquido (Nota 14)	378.362	334.115	Patrimônio Líquido (Nota 14)	378.362
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(2.348)	(328)	Capital	337.261	Capital	337.261	321.680	Capital	337.261
Outros créditos (Nota 7)	128.394	178.934	De domiciliados no País	84.315	De domiciliados no País	84.315	80.420	De domiciliados no País	84.315
Diversos	128.394	178.934	De domiciliados no Exterior	252.946	De domiciliados no Exterior	252.946	241.260	De domiciliados no Exterior	252.946
Permanente	49.167	35.594	Reserva de lucros	40.872	Reserva de lucros	40.872	13.398	Reserva de lucros	40.872
Investimentos	129	-	Reserva legal	8.689	Reserva legal	8.689	6.398	Reserva legal	8.689
Investimentos	129	-	Reserva expansão	7.000	Reserva expansão	7.000	7.000	Reserva expansão	7.000
Imobilizado de uso	1.441	1.021	Reserva especial	25.183	Reserva especial	25.183	-	Reserva especial	25.183
Imobilizações em curso	197	-	Ajustes de avaliação patrimonial	229	Ajustes de avaliação patrimonial	229	(963)	Ajustes de avaliação patrimonial	229
Outras imobilizações de uso	1.881	1.433	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.349.902	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.349.902	3.539.810	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.349.902
Depreciação acumulada	(637)	(412)							
Imobilizado de arrendamento (Nota 8)	46.450	34.538							
Bens arrendados	55.770	36.312							
Depreciação acumulada	(19.201)	(5.001)							
Superveniência de depreciação	9.881	3.227							
Intangível	190	35							
Ativos intangíveis	203	37							
Amortização acumulada	(13)	(2)							
Diferido	957	-							
Gastos pré-operacionais	957	-							
Total do Ativo	4.349.902	3.539.810							

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

	Segundo semestre de 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009
Receitas da intermediação financeira	225.404	393.997	304.252
Operações de crédito	176.448	303.462	228.376
Operações de arrendamento mercantil	11.495	21.055	7.692
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	37.461	69.480	68.184
Despesas da intermediação financeira	(175.374)	(307.385)	(211.740)
Operações de captação no mercado	(136.652)	(234.270)	(184.686)
Operações de arrendamento mercantil	(7.953)	(14.346)	(5.024)
Emprestimos, cessões e repasses	(15.442)	(26.930)	(12.217)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(15.327)	(31.839)	(9.813)
Resultado bruto da intermediação financeira	50.030	86.612	92.512
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.887)	(22.970)	17.791
Receitas de prestação de serviços	1.488	2.693	934
Despesas de pessoal	(3.631)	(6.500)	(4.499)
Outras despesas administrativas (Nota 15.a)	(14.589)	(27.031)	(22.095)
Despesas tributárias	(3.809)	(7.130)	(6.336)
Outras receitas operacionais (Nota 15.b)	10.405	21.298	119.229
Outras despesas operacionais (Nota 15.c)	(4.751)	(6.300)	(69.442)
Resultado operacional	35.143	63.642	110.303
Resultado não operacional	(31)	(225)	1.544
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	35.112	63.417	111.847
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(6.439)	(17.130)	(5.933)
Provisão para imposto de renda	(6.849)	(12.854)	-
Provisão para contribuição social	(4.735)	(8.655)	-
Ativo fiscal diferido			

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Segundo semestre de 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro		Segundo semestre de 2010	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2010	2009		2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido do semestre/exercício	28.480	45.805	105.560			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre/exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	15.327	31.839	9.813			
Depreciações e amortizações	151	298	263			
Reversão provisão para perdas em outros valores e bens	-	(16)	(630)			
Perda na alienação de bens não de uso próprio	208	208	546			
(Ganho) Perda na alienação de imobilizado de uso	-	(11)	55			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	(5.144)	(4.379)	5.933			
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 11)	11.583	21.509	-			
Constituição (reversão) de provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	4.333	(913)	69.172			
Atualização monetária de investimentos temporários	-	-	(461)			
Ganho na alienação de investimentos temporários	-	-	(1.568)			
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 15.b)	(3.570)	(6.663)	(15.329)			
Ganhos auferidos na liquidação de passivos contingentes - Lei 11.941/09 (Nota 16)	-	-	(101.790)			
Variação no valor das cotas de investimento permanente	(11)	(4)	-			
	51.357	87.673	71.564			
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
TVM e instrumentos financeiros derivativos	(2.391)	(41.989)	(41.044)			
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(50.216)	(878.799)	(633.744)			
Outros créditos	51.858	58.854	129.296			
Outros valores e bens	(5.379)	(7.485)	(2.332)			
	(6.128)	(869.419)	(547.824)			

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Banco Fidis S.A. ("Banco") é um banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologado pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; e
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco em reuniões realizadas em 09 e 10 de fevereiro de 2011, respectivamente.

3. Principais Práticas Contábeis

a) **Resultado das operações** - As receitas e despesas são registradas em observância ao regime de competência.

b) **Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - São demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisão para perdas, quando aplicável.

d) **Títulos e valores mobiliários** - Para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pela Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos disponíveis para venda. Esses títulos são registrados ao valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são contabilizados no resultado e são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

e) **Instrumentos financeiros derivativos** - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, são classificados como *hedge* de acordo com a sua natureza, a saber:

- *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
- *Hedge* de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva do *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários. O ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos itens objeto de *hedge* é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivos. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

f) **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação.

g) **Imposto de renda e contribuição social** - Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco, também, reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre as diferenças intertemporais, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

h) **Imobilizado de uso** - É demonstrado ao custo, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e 20% para o sistema de processamento de dados e veículos.

i) **Arrendamento mercantil** - As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, quando aplicável. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil dos arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e valores residuais recebidos antecipadamente e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, calculado pelas respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, com superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

j) **Diferido** - Representam os gastos pré-operacionais incorridos no projeto de adaptação e preparação da nova filial do Banco, os quais são registrados ao custo e serão amortizados linearmente, a partir do início das operações.

k) **Depósitos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

m) **Demais passivos circulante e exigível a longo prazo** - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

n) **Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

o) **Juros sobre capital próprio** - Os juros sobre o capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos quotistas. Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos pagos e não transitam pelo resultado. Conseqüentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados.

p) **Lucro por ação** - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2010	2009
Aplicações no mercado aberto:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	464.992	506.990
Total	464.992	506.990

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) **Títulos e valores mobiliários** - a composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado

Títulos disponíveis para venda	2010			2009		
	Custo corrigido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado	Custo corrigido	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Livres:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.256	4.255	(1)	1.651	1.651	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	78.916	79.745	829	37.329	36.961	(368)
Vinculados a Prestação de Garantias:						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT *	243	243	-	2.446	2.446	-
Total	83.415	84.243	828	41.426	41.058	(368)

* O montante de R\$243 (R\$2.446 em 31 de dezembro de 2009) representa os títulos dados em garantia para discussões judiciais das quais o Banco é parte.

O valor de mercado dos títulos foi apurado com base nas cotações de preços do mercado divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais na data do balanço.

b) **Títulos e valores mobiliários** - composição por prazo de vencimento

	Títulos disponíveis para venda					
	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Circulante Longo Prazo
2010	-	4.498	39.631	40.114	84.243	4.498
2009	-	-	4.097	36.961	41.058	-

c) Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

Contratos de swaps	2010			
	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor patrimonial a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativo em DI, Passivo Pré	111.380	(4.271)	(4.716)	(445)
Passivo circulante	-	-	4.042	-
Exigível a longo prazo	-	-	(674)	-

Aumento (redução) nos passivos operacionais:

Depósitos	59.408	384.662	181.836
Obrigações por repasses do País - instituições oficiais	240.045	465.553	291.515
Instrumentos financeiros derivativos	1.816	2.440	1.350
Negociação e intermediação de valores	(67)	71	147
Outras obrigações	(892)	(11.443)	(202.486)
Resultado de exercícios futuros	462	289	3.559
	300.772	841.572	275.921
	346.001	59.826	(200.339)

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimento	2010	2009	
Aquisição de investimento permanente	-	(125)	-
Alienação de investimentos temporários	-	-	1.740
Alienação de imobilizado de uso	-	219	334
Aquisição de imobilizado de uso, intangível e diferido	(1.733)	(2.038)	(498)
Alienação de bens não de uso próprio	1.676	1.676	854
	(57)	(268)	2.430

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(98.282)	(41.206)
	-	(98.282)	(41.206)
	345.944	(38.724)	(239.115)

Caixa e equivalentes de caixa

No início do semestre/exercício:			
Disponibilidades	88.206	84.880	109.991
Aplicações interfinanceiras de liquidez	118.996	506.990	720.994
	207.202	591.870	830.985

No fim do semestre/exercício:

Disponibilidades	88.154	88.154	84.880
Aplicações interfinanceiras de liquidez	464.992	464.992	506.990
	553.146	553.146	591.870

Contratos de swaps	2009			
	Valor referencial (Conta de compensação)	Valor patrimonial a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativo em DI, Passivo em Pré	87.330	(1.831)	(3.067)	(1.236)
Passivo circulante	-	-	181	-
Exigível a longo prazo	-	-	(2.886)	-

* As perdas lançadas no resultado decorrem da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos constituída a débito do patrimônio líquido, sem considerar os efeitos tributários:

	2010	2009
Saldo da reserva do valor justo no início do exercício	1.236	1.627
Perdas apropriadas no resultado do exercício*	(2.712)	(1.766)
Variações do valor justo no patrimônio líquido	1.921	1.375
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	445	1.236

* As perdas lançadas no resultado decorrem da variação do valor nocional dos contratos de *hedge*, conforme condições negociadas, à medida que as operações do fluxo de caixa futuro se realizam, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
2010	581	(136)	-	445
2009	44	1.192	-	1.236

Transações e compromissos futuros objeto de hedge:

2010	58.806	57.012	16.390	132.208
2009	71.428	15.961	-	87.389

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de *Swap* de Taxas de Juros em que é pago o valor nocional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado do exercício.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap" e "interest rate" e o V@R ("value at risk"). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotado pelo Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

6. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de créditos

	2010	2009
Empréstimos e títulos descontados	410.736	419.117
Financiamentos	3.131.504	2.263.244
Subtotal operações de crédito	3.542.240	2.682.361
Operações de arrendamento mercantil (Nota 8)	44.840	34.708
Total	3.587.080	2.717.069
Operações de crédito - Circulante	2.630.841	2.321.572
Operações de crédito - Longo prazo	911.399	360.789
Arrendamento mercantil (Nota 8)	44.840	34.708
Total	3.587.080	2.717.069

b) Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento

Vencidos	%			
	2010	2009	2010	2009
Até 14 dias	871	669	0,02	0,02
De 15 a 60 dias	4.366	2.773	0,13	0,11
De 61 a 180 dias	3.854	1.440	0,11	0,05
De 181 a 365 dias	3.351	935	0,09	0,02
Ac				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

7.1. Créditos tributários

a) Demonstrativo da natureza e origem do crédito tributário

	2010			
	31/12/09	Constituição	Realização	31/12/10
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	16.166	12.736	(2.792)	26.110
Provisão para contingências fiscais (Nota 12.a)	20.142	879	(1.683)	19.338
Provisão para contingências cíveis	3.329	1.967	(1.232)	4.064
Provisão para contingências trabalhistas	1.284	406	(639)	1.051
Provisão para perdas na realização de ativo	2.783	-	-	2.783
Atualização de depósitos judiciais (*)	-	(2.298)	-	(2.298)
Outros	5.044	6.107	(2.063)	9.088
Total	48.748	19.797	(8.409)	60.136
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social IR e CS diferidos ativos refletidos no patrimônio líquido	48.751	-	(9.307)	39.444
Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos (Nota 5.c)	642	-	(464)	178
Total de IR e CS diferidos ativos	98.141	19.797	(18.180)	99.758
IR e CS diferidos passivos refletidos no resultado				
Atualização de depósitos judiciais (*)	(3.887)	(2.665)	6.552	-
Superveniência de depreciações	(807)	(1.663)	-	(2.470)
Total	(4.694)	(4.328)	6.552	(2.470)
IR e CS diferidos passivos refletidos no patrimônio líquido				
Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos (Nota 5.a)	-	(331)	-	(331)
Total de IR e CS diferidos passivos (Nota 12.a)	(4.694)	(4.659)	6.552	(2.801)
Total geral de IR e CS diferidos ativos, líquidos dos passivos	93.447	15.138	(11.628)	96.957

(*) Em 31 de dezembro de 2010, para melhor apresentação das demonstrações financeiras e em obediência às normas emanadas pelo BACEN, o Banco efetuou a reclassificação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre atualização de depósitos judiciais como redutora do ativo.

	2009			
	31/12/08	Constituição	Realização	31/12/09
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	12.241	3.925	-	16.166
Provisão para contingências fiscais (Nota 12.a) (*)	79.000	24.893	(83.751)	20.142
Provisão para contingências cíveis	3.511	3.398	(3.580)	3.329
Provisão para contingências trabalhistas	1.062	900	(678)	1.284
Provisão para perdas na realização de ativo	2.783	-	-	2.783
Outros	2.965	4.388	(2.309)	5.044
Total	101.562	37.504	(90.318)	48.748
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social IR e CS diferidos ativos refletidos no patrimônio líquido	-	48.751	-	48.751
Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos (Notas 5.a / 5.c)	651	147	(156)	642
Total de IR e CS diferidos ativos	102.213	86.402	(90.474)	98.141
IR e CS diferidos passivos refletidos no patrimônio líquido				
Atualização de depósitos judiciais	(2.824)	(6.132)	5.069	(3.887)
Superveniência de depreciações	-	(807)	-	(807)
Total de IR e CS diferidos passivos (Nota 12.a)	(2.824)	(6.939)	(5.069)	(4.694)
Total geral de IR e CS diferidos ativos, líquidos dos passivos	99.389	79.463	(85.405)	93.447

(*) As realizações de crédito tributário no ano de 2009 estão compostas por R\$78.286 de reversão de provisão para a contingência relacionada ao processo judicial do IOF liquidado por meio da anistia concedida pela Lei nº 11.941/09 e R\$5.465 de reversão da contingência da isonomia da CSLL, em consequência do recolhimento de parte dos valores relativos a esse processo, relativo ao período de 1996 a 1998, no montante de R\$56.735, devido à decisão judicial desfavorável.

No segundo semestre de 2009, em decorrência dos reflexos da anistia proporcionados pela Lei nº 11.941/09 (Refs IV), com reduções de juros e multa, e combinado com os tratamentos fiscais aplicáveis à matéria, foi apurado prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social nos montantes de R\$124.290 e R\$117.856, respectivamente, sobre os quais foram contabilizados créditos tributários de acordo com as alíquotas aplicáveis à legislação vigente.

No exercício de 2010, houve a realização de parcela desses créditos tributários, no montante de R\$9.307, em função da geração de lucros tributáveis, com limitação de realização de 30% do saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social em conformidade com a legislação vigente.

b) A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários ativos, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributários futuros, com base no histórico de rentabilidade, são:

Ano de realização	Créditos tributários 2010			
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total créditos tributários	Valor presente
2011	25.523	7.298	32.821	29.651
2012	7.400	7.924	15.324	12.558
2013	1.212	9.004	10.216	7.511
2014	886	9.876	10.762	7.029
2015	308	5.342	5.650	3.422
2016 ou mais	24.985	-	24.985	13.568
Total	60.314	39.444	99.758	73.739

Ano de realização	Créditos tributários 2009			
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total créditos tributários	Valor presente
2010	17.984	7.072	25.056	23.041
2011	1.364	8.380	9.744	8.240
2012	914	10.026	10.940	8.506
2013	1.280	12.030	13.310	9.516
2014 ou mais	27.848	11.243	39.091	26.232
Total	49.390	48.751	98.141	75.535

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foi calculado com base na taxa Selic. Os créditos tributários decorrentes de adições intertemporais de valores em discussão judicial montam em R\$24.453 (R\$24.755 em 2009). Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, no segundo semestre de 2009, em decorrência da adesão na anistia da Lei nº 11.941/09 do processo judicial do IOF, com a desistência expressa da lide e consequentemente da reversão da provisão para contingência, os créditos tributários temporais no montante de R\$78.286 constituídos sobre a referida provisão foram realizados, dos quais R\$23.080 foram constituídos e realizados dentro do próprio exercício.

As realizações dos créditos tributários relacionados às provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, dependem exclusivamente de decisões nos processos administrativos e judiciais que irão ocorrer em períodos os quais não podem ser previstos com exatidão, e por esta razão, os referidos créditos foram alocados em nossas projeções no ano de 2016 em diante.

7.2. Devedores por depósitos em garantias

Refere-se a questionamentos judiciais de ordem tributária e trabalhista "sub judice". Os eventuais passivos contingentes correspondentes a estas causas estão provisionados e classificados nas rubricas "Outras obrigações fiscais e previdenciárias" e "Outras obrigações diversas - provisão para passivos contingentes".

A redução do saldo de depósitos judiciais, no exercício de 2010, ocorreu substancialmente pela realização, através de crédito em conta corrente efetuado pela Caixa Econômica Federal, do saldo remanescente, no montante de R\$62.503, dos depósitos judiciais efetuados para o processo do IOF, em função da anistia concedida pela Lei nº 11.941/09.

7.3. Impostos e contribuições a compensar

Compreende, principalmente, antecipações de imposto de renda e contribuição social, efetuadas de acordo com a legislação vigente.

8. Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	2010	2009
Imobilizado de arrendamento	55.770	36.312
Depreciações acumuladas	(19.201)	(5.001)
Superveniências de depreciações	9.881	3.227
Total imobilizado em arrendamento	46.450	34.538
Arrendamentos a receber	54.150	46.564
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(53.777)	(46.219)
Valores residuais a realizar	6.298	717
Valores residuais a balancear	(6.298)	(717)
Cretores por antecipação de valor residual (Nota 12.b)	(1.983)	(175)
Total	44.840	34.708

No exercício foram registrados R\$6.789 (R\$3.248 em 2009) de superveniência de depreciação e R\$135 (R\$21 em 2009) de insuficiência de depreciação, em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil e despesas de operação de arrendamento mercantil, respectivamente. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

9. Depósitos

a) Composição da carteira

	2010	2009
Depósitos a prazo:		
Ligadas (Nota 10)	2.167.905	1.593.369
Não ligadas	377.080	305.632
Total	2.544.985	1.899.001
Depósitos interfinanceiros:		
Não ligadas	432.495	693.817
Total	432.495	693.817
Total	2.977.480	2.592.818

b) Segregação por faixa de vencimento

	2010				
	Sem vencimento*	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 31/12/10
Depósitos a prazo	642.184	126.210	441.475	1.335.116	2.544.985
Depósitos interfinanceiros	-	154.665	177.304	100.526	432.495
Total	642.184	280.875	618.779	1.435.642	2.977.480
Circulante	642.184	280.875	618.779	-	1.541.838
Longo prazo	-	-	-	1.435.642	1.435.642

* Refere-se a captações efetuadas na modalidade de depósitos de acionistas, permitida até o exercício de 2007.

10. Principais Saldos e Transações com Partes Relacionadas

	2010							
	Fiat Automóveis S.A.	Iveco América Ltda.	Latin América	Banco CNH Capital S.A.	Fiat do Brasil S.A.	Outras empresas do Grupo Fiat	Pessoal Chave Administração	Total
Ativo								
Outros créditos - Diversos (Nota 7)	12.342	2.069	-	-	-	-	-	14.411
Total	12.342	2.069	-	-	-	-	-	14.411
Passivo								
Depósitos a prazo (Nota 9)	(2.126.058)	-	-	(28.945)	(12.902)	-	-	(2.167.905)
Outras obrigações:								
Diversas (Nota 12.b)	(6.340)	-	-	(131)	(195)	-	-	(6.666)
Benefícios curto prazo a administradores:								
Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	-	(132)	(132)	(264)
Total	(2.132.398)	-	-	(29.076)	(13.097)	(132)	(132)	(2.174.703)
Recargas								
Recargas de operações de crédito*	135.242	3.333	-	-	1.380	-	-	139.955
Recarga de aplicação em depósitos interfinanceiros	-	-	8	-	-	-	8	8
Total	135.242	3.333	8	-	1.380	-	-	139.963
Despesas								
Depósitos a prazo	(127.371)	(660)	-	(3.643)	(1.227)	-	-	(132.901)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(1.653)	(3.690)	-	-	(5.343)
Benefícios curto prazo a administradores:								
Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	-	(448)	(448)	(896)
Prêmios, gratificações e participações	-	-	-	-	-	(158)	(158)	(316)
Previdência e assistência médica	-	-	-	-	-	(17)	(17)	(34)
Total	(127.371)	(660)	(2)	(5.296)	(4.917)	(623)	(623)	(138.869)

	2009								
	Fiat Automóveis S.A.	Iveco América Ltda.	Latin América	Fidis S.p.a (Controlador)	Banco CNH Capital S.A.	Fiat do Brasil S.A.	Outras empresas do Grupo Fiat	Pessoal Chave Administração	Total
Ativo									
Outros créditos - Diversos (Nota 7)	10.219	-	-	1.552	-	-	-	-	11.771
Total	10.219	-	-	1.552	-	-	-	-	11.771
Passivo									
Depósitos a prazo (Nota 9)	(1.535.753)	-	-	-	-	(38.236)	(19.380)	-	(1.593.369)
Outras obrigações:									
Sociais e estatutárias (Nota 14)	(24.571)	(73.711)	-	-	-	-	-	-	(98.282)
Diversas (Nota 12.b)	(4.121)	-	-	-	-	(177)	-	-	(4.298)
Benefícios curto prazo a administradores:									
Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	-	-	-	(86)	(86)
Prêmios, gratificações e participações	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Total	(1.564.445)	(73.711)	-	-	-	(38.413)	(19.380)	(97)	(1.696.046)
Recargas									
Recargas de operações de crédito*	101.707	17.904	-	-	-	-	225	-	119.836
Recarga de aplicação em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	27	-	-	-	27
Total	101.707	17.904	-	-	27	-	225	-	19,863
Despesas									
Depósitos a prazo	(81.494)	-	-	-	-	(3.358)	(2.123)	-	(86.975)
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	(9.436)	-	-	-	(9,436)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	-	(1.537)	(3,662)	-	(5,199)
Benefícios curto prazo a administradores:									
Ordenados, férias e 13º salário	-	-	-	-	-	-	-	(279)	(279)
Prêmios, gratificações e participações	-	-	-	-	-	-	-	(173)	(173)
Previdência e assistência médica	-	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
Total	(81,494)	-	-	-	(9,436)	(4,895)	(5,785)	(482)	(102,092)

* Refere-se a: (i) receita auferida pelo Banco em função da equalização de diferença de taxas relacionada ao financiamento de veículos à rede de concessionários das montadoras e ao mercado de varejo de caminhões, cuja equalização é determinada pelo prazo do giro dos estoques dos concessionários; e (ii) receita obtida nas operações de curto prazo de aquisição de duplicatas com utilização de taxas de juros usualmente praticadas pelo mercado, onde não se constata atrasos significativos na liquidação pelos clientes das faturas cedidas e todo o risco é transferido ao Banco.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os depósitos a prazo possuíam os seguintes prazos de vencimento:

	2010				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 31/12/10
Depósitos a prazo:					
Fiat Automóveis S.A.	642.184	40.415	285.183	1.158.276	2.126.058
Fiat do Brasil S.A.	-	2.168	2.982	23.795	28.945
Outras empresas do Grupo Fiat	-	-	2.477	10.425	12,902
Total	642,184	42,583	290,642	1,192,496	2,167,905

	2009				
	Sem vencimento	At			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

b) Diversas

	2010	2009
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 10)	6.666	4.298
Provisão para passivos contingentes (cíveis e trabalhistas)	12.787	11.532
Credores diversos - País	3.012	15.709
Valor residual passivo - Leasing (Nota 8)	1.983	175
Outras despesas administrativas	2.510	2.909
Outros	1.188	948
Total	28.146	35.571
Circulante	13.376	23.864
Exigível a longo prazo	14.770	11.707

Provisão para passivos contingentes (cíveis e trabalhistas) - O Banco está respondendo a diversas ações de natureza cível e trabalhista, para as quais, de acordo com a avaliação de sua Administração e de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no montante de R\$12.787 (R\$11.532 em 2009) para fazer face a eventuais desfechos desfavoráveis decorrentes dessas ações.

A movimentação das provisões cível e trabalhista no ano é como segue:

Provisão para passivos contingentes	31/12/09	Constituição (*)	Reversão (*)	Pagamento	31/12/10
Cíveis	8.322	4.917	(2.092)	(987)	10.160
Trabalhistas	3.210	1.015	(1.310)	(288)	2.627
Total	11.532	5.932	(3.402)	(1.275)	12.787

(*) Os reflexos no resultado das movimentações dos valores relativos às provisões de contingências cíveis e trabalhistas (constituições e reversões) são apresentadas como "outras receitas operacionais" (Nota 15.b) ou como "outras despesas operacionais" (Nota 15.c) em função da apuração do resultado líquido de tais movimentações.

O montante de contingências cíveis e trabalhistas classificadas como possíveis, não reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme preconizam as práticas contábeis adotadas no Brasil, montam em R\$12.501 (R\$12.462 em 2009). No exercício de 2010 foram liquidadas contingências cíveis e trabalhistas, cujos desfechos foram desfavoráveis ao Banco.

13. Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se substancialmente a rendas antecipadas relativas a operações de crédito pré-fixadas, sobre as quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende, apenas, da fluência dos prazos.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 460.955.208 (439.658.836 em 2009) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 0,7316584723433 cada.

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, era assim composto:

Acionistas	Quantidade	Ações ordinárias	Capital Social em R\$	Participação %
Fidis S.p.A.	345.716.404		252.946.336,33	75,00
Fiat Automóveis S.A.	115.238.800		84.315.446,77	25,00
* Outros	4		2,93	0,00
	460.955.208		337.261.783,10	100,00

* Refere-se a ações detidas pelos membros eleitos do Conselho de Administração.

Em 27 de dezembro de 2010, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital de R\$321.680 para R\$337.261, mediante absorção dos juros sobre o capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no valor total de R\$15.581 já líquido dos efeitos tributários, aumentando a quantidade de ações de 439.658.836 para 460.955.208, com valor nominal de R\$0,7316584723433.

b) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme regulamentação da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

c) Destinação do resultado

Aos acionistas é assegurado, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido calculado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, deduzido da reserva legal.

Em 16 de fevereiro de 2009, a Assembléia Geral Ordinária deliberou pela retenção de parte do lucro líquido correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, para investimento em consultoria, desenvolvimento e implantação de sistemas de informática para os negócios do Banco. Como consequência, do total de dividendos propostos pela Administração em 31 de dezembro de 2008, R\$5.000 foram revertidos para a rubrica "Reserva de lucros - Expansão". Ao longo do exercício de 2009, a administração do Banco propôs a complementação dessa reserva, no montante de R\$2.000, consubstanciada nos planos de expansão e investimentos da sociedade.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Administração do Banco propôs distribuição de dividendos no montante de R\$98.282 (R\$0,22 por ação). Referido montante foi aprovado pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 4 de março de 2010.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco distribuiu aos seus acionistas juros sobre o capital próprio em consonância com a legislação tributária em vigor, conforme demonstrado abaixo:

Juros sobre o capital próprio:	
Valor bruto	18.331
Imposto de renda retido na fonte (15%)	(2.750)
Valor líquido	15.581
Juros sobre o capital próprio por ação	0,04

Em conformidade com parágrafo 3º, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, a Administração do Banco, ratificado pela Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de dezembro de 2010, propôs distribuição de dividendos inferiores ao mínimo obrigatório, destinando, como reserva especial de lucros, a totalidade do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$25.183. Referida reserva será utilizada para futuro aumento de capital após ratificação pela Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2011.

15. Outras Informações

a) Outras despesas administrativas

	2º semestre de 2010	2010	Exercício 2009
Consultorias jurídicas	1.241	2.475	2.694
Consultoria financeira - Fiat Finanças (Nota 10)	786	3.672	3.662
Serviços prestados - Fiat do Brasil (Nota 10)	911	1.653	1.537
Serviços inspetoria - Floor Plan	1.166	2.208	2.110
Desenvolvimento e manutenção de sistemas	2.460	4.432	4.137
Serviços de correspondente bancário	2.101	2.740	1.433
Outras despesas administrativas	5.924	9.851	6.522
Total	14.589	27.031	22.095

b) Outras receitas operacionais

	2º semestre de 2010	2010	Exercício 2009
Reversão de contingências trabalhistas (Nota 12.b)	(381)	295	-
Reversão de contingências fiscais (Notas 12.a e 16)	194	5.935	101.790
Recuperação de despesas diversas	2.527	2.565	64
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (Nota 6.d)	2.157	2.157	-
Atualização de depósitos judiciais	3.570	6.663	15.329
Recuperação de despesas com o fundo garantidor de crédito	2.338	3.134	1.794
Outras rendas operacionais	-	549	252
Total	10.405	21.298	119.229

c) Outras despesas operacionais

	2º semestre de 2010	2010	Exercício 2009
Despesas de contingências cíveis (Nota 12.b)	2.912	2.825	5.994
Provisões de contingências trabalhistas	342	-	952
Juros e multa sobre contingências fiscais	1.129	2.053	61.406*
Outras despesas operacionais	368	1.422	1.090
Total	4.751	6.300	69.442

* Deste montante, R\$53.479 refere-se a autuação efetuada pela Receita Federal do Brasil relativamente a incidência de juros sobre multa de ofício constante nos autos do processo do IOF mencionado na nota explicativa nº 16 e incluído na anistia da Lei nº 11.941/09, o qual não era provisionado anteriormente à edição da referida anistia por estar amparada na opinião dos consultores jurídicos do Banco e em decisão judicial preliminar.

d) Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.490/08, do Conselho Monetário Nacional, e disposições complementares, a partir de 1º de janeiro de 1995 as instituições financeiras devem manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderado por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2010, o índice de Basileia era de 14,37%, sendo o índice mínimo exigido pela referida Resolução é de 11%, conforme demonstrado abaixo:

	2010	Basileia II 2009
Patrimônio Líquido	378.362	334.115
(-) Ativos diferidos	(957)	-
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	(229)	(963)
(+) Adicional de provisão ao mínimo estabelecido pela Resolução 2.682/99	-	11.940
Patrimônio de referência nível I	377.176	345.093
Ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos	229	963
Patrimônio de referência nível II	229	963
(a) Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	377.405	346.056

Alocação de capital:

Risco de crédito - PEPR	273.754	210.231
Risco operacional - POPR	15.110	11.412
(b) Patrimônio de referência exigido	288.864	221.643
(c) Risco de mercado - RBAN	1.100	2.320
Margem = a - (b+c)	87.441	122.093
Índice da Basileia	14,37%	17,15%

O cálculo do limite de imobilização pode ser assim demonstrado:

Base de cálculo

Patrimônio de Referência - PR	377.405	346.056
(a) Situação do imobilizado	1.760	1.056
(b) Limite para imobilização (50% PR)	188.703	173.028
Margem (b - a)	186.942	171.972
Índice de Imobilização em relação ao PR	0,47%	0,31%

16. Impactos da Lei nº 11.941/09 (Refs IV)

Em 18 de setembro de 2009, o Banco protocolou na Receita Federal do Brasil a sua intenção em aderir ao programa de parcelamento de débitos federais regulamentado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Desde então, vem recolhendo as parcelas mínimas estabelecidas no programa até que se tenha uma consolidação de todos os débitos incluídos no programa, com exceção do processo do IOF que foi liquidado à vista, com a utilização dos depósitos judiciais vinculados ao referido processo.

Ainda no exercício de 2009, a Administração em conjunto com a controladora, decidiu por incluir o processo do IOF na anistia com a opção de pagamento à vista, através da utilização de depósito judicial convertendo-o em renda da União. Embora os efeitos da liquidação do processo da anistia já estejam contemplados nas notas explicativas precedentes, a seguir demonstramos os benefícios auferidos bem como o resumo dos impactos resultantes da inclusão desse processo na anistia.

	Saldos Contábeis	Percentuais de Redução	Valor dos Benefícios	Valor do Pagamento
Principal	45.721	-	-	45.721
Juros	96.518	45%	43.433	53.085
Multa	34.291	100%	34.291	-
Juros sobre multa	53.479	45%	24.066	29.413
Total	230.009		101.790	128.219

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco obteve a liberação do saldo remanescente de depósitos judiciais relativos ao processo do IOF, no montante de R\$62.503.

Os demais processos incluídos no referido Programa referem-se aos processos abaixo relacionados cujos respectivos valores encontram-se provisionados nas demonstrações financeiras, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.a:

Processo	Valor
Isonomia da CSLL 1996	8.552
Isonomia da CSLL 1997 e 1998	6.877
Provisão para atualização de contingências fiscais	46.219
Total	61.648

Os ganhos relacionados à redução parcial de multa e juros sobre os valores devidos serão reconhecidos contabilmente quando da homologação por parte da Receita Federal do Brasil da consolidação dos valores devidos, bem como quando da formalização do cronograma de pagamento a ser definido pela Administração do Banco, previsto para o exercício de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

CONTROLLER

RÔMULO SILVA GREGO
CRC-MG 47.342/O-4

CONTADOR

BRUNO CESAR MAGALHÃES CORREIA DE SÁ
CRC - MG - 084398/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exame e discussão dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a serem submetidos à próxima Assembléia Geral Ordinária.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Fidis S.A.

Betim - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Fidis S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, registrou suas operações e elaborou suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem que o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil seja classificado no ativo permanente como superveniência/insuficiência de depreciação. Estas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento mercantil para as rubricas de ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas da intermediação financeira, mas permitem a apuração do lucro líquido e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo "Base de

opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco Fidis S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital fechado, mas está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC-SP 011.609/O-8 F/MG
Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-1RJ 036.206/O-5 S/MG